

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Crença no Mundo Justo e bem-estar em vítimas de discriminação.

Camilla Marques Paiva

Mestrado em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Professora Doutora Isabel Correia, Professora Associada (com Agregação)
ISCTE – IUL

Coorientadora:

Professora Doutora Helena Carvalho, Professora Catedrática
ISCTE – IUL

Novembro, 2020

Crença no Mundo Justo e bem-estar em vítimas de discriminação.

Camilla Marques Paiva

Mestrado em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Professora Doutora Isabel Correia, Professora Associada (com Agregação)
ISCTE – IUL

Coorientadora:

Professora Doutora Helena Carvalho, Professora Catedrática
ISCTE – IUL

Novembro, 2020

Aos meus pais e irmã

Aos meus amigos

À BRASA

“You will move in the direction of the people that you associate with. So, it’s important to associate with people that are better than yourself. The friends you have will form you as you go through life. Make some good friends, keep them for the rest of your life, but have them be people that you admire as well as like”

Warren Buffet

Agradecimentos

Aos meu pais, Cleide e Carlos, e a minha irmã Claudia pela confiança e todo o sacrifício para realizar o meu sonho de estudar fora. Sem apoio de vocês e a crença inabalável no meu potencial nada disso seria se quer um sonho.

Às minhas orientadoras, Professora Doutora Isabel Correia e Professora Doutora Helena Carvalho, por todas as horas investidas em mim e no meu trabalho e pela compreensão quando eu não pude dar o meu melhor nesse ano tão difícil. A realização e entrega desse trabalho não seria possível sem vocês e por isso fica a minha eterna gratidão.

Ao Filipe, por toda paciência e apoio nos momentos mais difíceis dessa jornada. Foram dois anos lado a lado, muitas horas de trabalho, nervosismo e concessões pessoais. Sem você o caminho para chegar aqui teria sido muito mais tortuoso e solitário. Obrigada, obrigada e obrigada.

À BRASA – Brazilian Student Association por ter me dado a oportunidade de conhecer pessoas excepcionais que levarei comigo para toda vida, por ter me ensinado querer e ser melhor, por ser o meu sonho grande e ter mudado a minha vida para sempre. Obrigada ao meu time incrível que me apoiou e torceu pelo meu sucesso durante toda essa caminhada.

Aos meus amigos, por todas as mensagens de incentivo e carinho e por terem me dado a mão quando eu achei que não conseguiria ir até o fim. Especialmente à Fernanda, Elene e Anna por todas as horas e horas me fazendo companhia na escrita desse trabalho, por aturarem os meus surtos, terem estado ao meu lado nos momentos mais desafiadores desse ano e por nunca terem duvidado de mim. Às minhas queridas Julias Mello e Lemos por serem o meu porto seguro, Guilherme por sempre me tirar um sorriso do rosto e Leila por ser a minha inspiração e motivação nos dias mais difíceis.

Por fim, agradeço ao ISCTE e a Universidade de Coimbra por terem sido oportunidades e peças fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional ao longo desses 5 anos.

Concluo esse ciclo da minha vida com a certeza que tive ao meu lado não só as melhores, mas as pessoas certas e, por isso, não poderia ser mais grata a parte que cada um de vocês ocupam ou ocuparam na minha jornada. Minha eterna gratidão.

Resumo

As investigações sobre a crença no mundo justo (CMJ) a caracterizam como um recurso valioso para manter o bem-estar, assimilar injustiças e fazer planos a longo prazo. O presente estudo pretende investigar essa associação em vítimas de discriminação. Usando dados do European Social Survey, incluindo amostras representativas de 2 países, França e Reino Unido, em 2018, será testado se a CMJ pode ser melhor interpretada como um recurso pessoal (efeito principal) ou um *buffer* (moderador) para o bem-estar das vítimas. Dessa forma, pode esperar-se que (H1) ter sido discriminado esteja associada a um menor bem-estar, (H2) a CMJ esteja positivamente relacionada com o bem-estar ou (H3) poder-se-ia esperar um efeito de buffer da CMJ na relação entre ter sido discriminado e bem-estar: para uma CMJ baixa é maior o efeito de ter sido discriminado no bem-estar, do que para uma CMJ elevada. A amostra foi composta por 3717 participantes, com idades entre 15 e 90 anos e com diferentes níveis educacionais. Os resultados apoiam a hipótese do recurso pessoal: a CMJ apresentou estar positivamente associada com o bem-estar e os indivíduos que reportaram sentir-se discriminados apresentaram menor percepção de bem-estar. Futura investigação com estudos experimentais é necessária para perceber-se melhor o efeito *buffer*.

Palavras-chave: crença no mundo justo, vitimização, bem-estar, percepção de discriminação.

Abstract

Previous research on belief in the just world (BJW) consider it as a valuable resource for maintaining well-being, assimilating injustices and creating long-term plans. The present study aims to investigate this association in victims of discrimination. Using data from the European Social Survey, including representative samples in 2018 from two countries, France and the United Kingdom, it was tested whether BJW can be better interpreted as a personal resource (main effect) or a buffer (moderator) for the well-being of victims. Thus, it was expected that (H1) being discriminated is associated with lower well-being, (H2) the BJW is positively related to well-being or (H3) a buffer effect from BJW in the relationship between being discriminated against and well-being was expected. For those with a low BJW, the effect of having been discriminated against is greater than for a high BJW. The sample consisted of 3717 participants, aged between 15 and 90 years old and with different educational qualifications. The results support the personal resource hypothesis, concluding that BJW was positively associated with well-being. Individuals who reported feeling discriminated had a lower perception of well-being. Further investigation with experimental studies is necessary to better understand the buffer effect.

Keywords: belief in the just world, victimization, well-being, perception of discrimination.

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract	ix
Introdução	1
Capítulo 1. Enquadramento Teórico	3
1.1. Crença no Mundo Justo	3
1.2. Crença no Mundo Justo e Bem-estar	4
1.3. Perceção de Discriminação e Bem-estar	6
1.4. A Crença do Mundo Justo como recurso pessoal <i>vs buffer</i>	8
Capítulo 2. Métodos	13
2.1. Procedimentos	13
2.2. Participantes	13
2.3. Medidas	13
2.4. Análise de Dados	15
Resultados	17
Discussão e Conclusão	21
Referências Bibliográficas	25

Índice de Tabelas

Tabela 1. Estatística descritiva, fiabilidade e correlação das variáveis	18
Tabela 2. Regressão do bem-estar na crença do mundo justo e na moderadora percepção de discriminação	19

Índice de Figuras

Figura 1. Modelo Estadístico

12

Glossário

CMJ Crença no Mundo Justo

Introdução

O impacto da percepção de discriminação no bem-estar tem sido amplamente estudado ao longo dos anos. É conhecido que membros de grupos estigmatizados possuem experiências menos positivas em diversos âmbitos da vida e que a ameaça de ser alvo de discriminação pode ser uma característica marcante no cotidiano (Crocker et al., 1998; Major et al., 2002). A discriminação pode limitar o acesso a recursos como emprego (Braddock & McPartland, 1987), comprometer o bem-estar físico (Clark et al., 1999) e excluir indivíduos de muitos domínios da vida social (Eccleston & Major, 2005 cit. in Eccleston & Major, 2006). Dessa forma, eventos de vida injustos que resultam da discriminação, representam ameaças ao bem-estar psicológico.

Por outro lado, as pesquisas no campo da psicologia social da justiça mostram inúmeras evidências da relação entre a crença no mundo justo (CMJ) e o bem-estar. Vítimas que possuem níveis mais altos de CMJ têm maior probabilidade de assimilar injustiças e, por consequência, deverão experienciar afetos mais positivos e maiores níveis de bem-estar. Na literatura, diversos estudos corroboram essa relação conforme é apresentado ao longo deste trabalho (para revisão, ver Dalbert, 2001).

Dalbert (2007) discute se a CMJ funcionará como um recurso pessoal ou como um *buffer*: um recurso pessoal pode ser definido como uma disposição pessoal que ajuda as pessoas a lidarem com os acontecimentos de vida, seja pessoal ou profissional. Quanto mais forte for o recurso, melhor será a sua capacidade de resposta (hipótese do efeito principal). Em contrapartida, um *buffer* pessoal pode ser visto como um recurso que tem efeito sob condições adversas específicas (hipótese do efeito moderador).

O principal objetivo desta tese de mestrado é o de compreender se a crença no mundo justo pode impactar o bem-estar como um recurso pessoal (efeito principal) ou se modera a relação entre a percepção de discriminação no bem-estar funcionando como um *buffer*. As evidências e resultados encontrados na revisão literária suportam a hipótese do efeito principal, a CMJ como recurso pessoal, e revelam que essa desenvolve um papel importante na manutenção da saúde mental e bem-estar dos indivíduos, como apresentado no enquadramento teórico.

O presente estudo pretende contribuir para a literatura, apresentando resultados testados em uma amostra representativa, através dos dados recolhidos pelo *European Social Survey*, e com a presença de variáveis de controlo. Além disso, reforça a importância de compreendermos melhor o efeito da crença no mundo justo como função adaptativa nas nossas experiências quotidianas.

O presente trabalho encontra-se organizado em quatro secções. A primeira apresenta o enquadramento teórico da discussão aqui proposta, tal como as evidências na literatura que suportam as hipóteses formuladas. A segunda secção, descreve a metodologia adotada para conduzir o estudo apresentando a coleta de dados, as medidas usadas para mensurar as variáveis e o procedimento de análise de dados. A terceira secção reporta os resultados obtidos e, por fim, a quarta secção apresenta a discussão e conclusão em cima das observações feitas.

Enquadramento Teórico

1.1. A Crença no Mundo Justo

No início da década de 80, a teoria da crença do mundo justo (CMJ) foi concebida por Melvin Lerner como resultado de questionamentos levantados durante estudos relacionados com a saúde mental em que foi observada uma desvalorização e culpabilização dos médicos para com os pacientes doentes mentais pela situação em que se encontravam e as subseqüentes consequências (Correia, 2000).

Tendo isso em vista, num experimento realizado com mulheres estudantes de licenciatura (Lerner & Simmons, 1966), foi criada uma situação experimental em que a vítima, como consequência de cometer os erros em uma tarefa, parecia receber choques elétricos severos e dolorosos. Como resultado, os investigadores encontraram que, quando o observador foi incapaz de parar o sofrimento, a não ser por um ato de rebelião aberta contra o experimentador, ele optou por desvalorizar e rejeitar a vítima (Lerner & Simmons, 1966). Portanto, parece ser necessário que haja uma relação entre ações e consequências para conseguirmos manter a saúde mental. Quando os resultados ou consequências das ações frustram o esperado, há uma desvalorização da vítima e, em alguns casos, culpabilização pelos observadores, sendo essas vitimizadas uma segunda vez. Por consequência, segundo os autores, as pessoas irão organizar suas cognições de modo a manter a crença de que as pessoas recebem o que merecem (Lerner & Simmons, 1966).

Segundo Lerner (1980) a CMJ refere-se àquelas suposições mais ou menos articuladas que fundamentam a maneira como as pessoas se orientam em relação ao ambiente. Essas suposições estariam ligadas à imagem de um mundo gerenciável e previsível. A CMJ é um dos mecanismos de defesa que as pessoas desenvolvem para diminuir a percepção de vulnerabilidade, conseguir realizar tarefas quotidianas e planear o futuro tranquilamente (Correia, 2000).

Ainda nesse tópico, segundo os autores, a crença no mundo justo se desenvolve no momento em que, ainda criança, passa-se a viver de acordo com “princípio da realidade”, sendo capaz de desistir de uma recompensa imediata para obter uma superior posteriormente. Assim,

cria-se a percepção ou a crença de que o mundo é justo na medida que os esforços aplicados ou investidos trarão um resultado esperado. Segundo Lerner (1980), a ideia de contrato pessoal entre o indivíduo e seu mundo social leva a que as pessoas passem a agir de acordo com o princípio do merecimento, e quando essas expectativas são frustradas surgem reações emocionais associadas à injustiça, como a raiva (Dalbert, 2001).

Posto isso, a crença no mundo justo desempenha três funções importantes para o bem-estar (para uma revisão, ver Dalbert, 2001): (1) ela obriga as pessoas a agirem com justiça (Hafer, 2000); (2) permite que as pessoas confiem em serem tratadas com justiça pelos outros (Zuckerman & Gerbasi, 1977) e invistam em metas de longo prazo (Dette et al., 2004; Otto & Dalbert, 2005); e (3) promove a assimilação de injustiças (Hafer & Olson, 1989 cit. in Correia et al., 2009). Assim, a CMJ desempenha funções adaptativas importantes, como permitir que as pessoas invistam em objetivos de longo prazo e amenizar as preocupações sobre a injustiça dos outros (Dalbert, 2007).

1.2 – Crença no Mundo Justo e Bem-estar

Dentro da investigação sobre a CMJ existem vários estudos sobre o seu impacto no bem-estar e, conseqüentemente, na saúde mental. As pesquisas mostram que os indivíduos com forte crença no mundo justo tendem a ter maiores níveis de satisfação com a vida e afeto positivo (bem-estar subjetivo). Como abordado anteriormente, a CMJ desempenha funções adaptativas importantes, como amenizar as preocupações das pessoas sobre serem tratadas com justiça e, conseqüentemente, apoiar a saúde mental e o bem-estar (para uma revisão, ver Dalbert, 2001). Portanto, é possível que a estrutura conceitual da CMJ como uma disposição estável ajude os indivíduos a interpretar os eventos de sua vida pessoal de uma forma significativa e assim, ajude a manter o seu bem-estar subjetivo (Dzuka & Dalbert, 2006).

Lipkus et al. (1996) destacam a importância da diferenciação entre CMJ pessoal e geral. Sendo que, a CMJ pessoal reflete a crença de que os eventos em sua própria vida são justos, enquanto a CMJ geral reflete a crença de que o mundo é um lugar justo. Segundo os resultados obtidos no estudo, a CMJ pessoal mostrou ser o preditor mais consistente e poderoso para depressão, ansiedade e satisfação com a vida. O estudo também identificou que, aparentemente,

a CMJ pessoal contribui mais para o bem-estar psicológico, em especial maior satisfação com a vida, independentemente de dimensões de personalidade.

Posto isso, é importante referenciar que a CMJ pode ter a função de buffer para vítimas de eventos críticos na vida e, conseqüentemente, um possível efeito protetor na saúde mental dos indivíduos. De forma geral, Dalbert (2001) apresenta a hipótese da CMJ estar relacionada positivamente com a saúde mental em vítimas e não vítimas, porém é observada uma relação mais forte em pessoas que foram vitimizadas do que nas não vitimizadas (Dalbert, 2001). Sendo assim, tendo em vista que a discriminação é uma forma de injustiça, pode-se dizer que pessoas discriminadas foram vitimizadas. No entanto, em um estudo posterior, Dalbert (2007) contrapõe essa perspectiva ao avaliar que a CMJ pessoal foi tão importante para as vítimas quanto para as não vítimas.

Nessa perspectiva, pode-se observar uma relação positiva entre altos níveis de CMJ e bem-estar psicológico em diferentes estudos com vítimas e não vítimas. Dzuka e Dalbert (2006) investigaram essa relação em pessoas idosas e observaram uma relação positiva entre forte CMJ e o bem-estar subjetivo. Maes e Schmitt (2004) em um estudo longitudinal com alemães ocidentais e orientais entre 15 e 80 anos encontraram que a CMJ diminui na idade adulta e aumenta novamente na velhice. Os autores argumentam que a CMJ desempenha diferentes funções em diferentes fases da vida, sendo que na velhice parece ganhar a função de confortar e consolar os indivíduos.

Correia et al. (2009a) conduziram três estudos experimentais com 338 estudantes universitários com o objetivo de testar a direção de causalidade entre a CMJ e o bem-estar subjetivo. Os resultados relativos ao estudo 3, mostraram um aumento na satisfação com a vida auto-relatada sob a condição de preparação do mundo justo. O mesmo padrão foi observado com vítimas em uma amostra com 253 trabalhadores refugiados. Os resultados mostraram que trabalhadores refugiados com uma forte CMJ pessoal relataram ter experimentado menos estresse e mais satisfação com a vida (Khera et al., 2014).

Tendo isso em vista, a literatura mostra que em várias pesquisas foi observado um efeito positivo da CMJ no bem-estar e, conseqüentemente, na saúde mental. Dessa forma, pode-se esperar que indivíduos com maiores níveis de CMJ devem perceber maiores níveis de bem-estar também.

1.3. Percepção de Discriminação e Bem-estar

Um dos fatores que se pode considerar como constituinte de uma vitimização com impactos ao nível do bem-estar psicológico é a experiência de discriminação. As investigações apontam que a discriminação percebida implica uma rejeição ou exclusão do grupo-alvo e seus membros e, assim, pode prejudicar o bem-estar psicológico ao ameaçar a satisfação das necessidades de inclusão e aceitação (Baumeister & Leary, 1995; Wirth & Williams, 2009). Posto isso, Verkuyten (1998) e Sidanius e Pratto (1999) indicam em seus estudos que a discriminação pode criar uma sensação de impotência, pois implica uma falta de controle sobre resultados importantes da vida e pode provocar exclusão de posições de poder.

Nessa linha, Baumeister & Tice (1990) defendem que a exclusão social pode ter várias consequências, mas está principalmente associada com a ansiedade. Frable et al. (1998) também verificou que pessoas com estigmas ocultáveis (alunos que indicaram ser gays, bissexuais ou lésbicas; bulímicos; ou com renda familiar menor que vinte mil dólares por ano) experienciam mais afetos negativos. McCoy e Major (2003) também encontraram o mesmo padrão de associação com depressão e Cozzarelli e Karafa (1998) verificaram uma diminuição da satisfação com a vida em indivíduos vitimizados.

Nesse sentido, a relação negativa entre percepção de discriminação e bem-estar é amplamente reportada em vários estudos empíricos e revisões recentes (Paradies, 2006; Pascoe & Smart Richman, 2009; Schmitt et al., 2014; Williams et al., 2003). Numa revisão sistêmica Paradies (2006) observou, em 62 estudos relacionados com a saúde mental, que a associação mais consistente entre racismo auto-reportado e saúde foi encontrada para resultados negativos de saúde mental (72% dos resultados examinados). Pascoe e Smart Richman (2009) analisaram a mesma relação em 110 estudos e observaram que a discriminação percebida está negativamente relacionada ao bem-estar psicológico em mulheres, homens e entre etnias.

Um exemplo de diversos estudos na área é o realizado por Branco et al. (2019) em uma amostra com deficientes físicos, em que levantaram a hipótese de que, em comparação com a discriminação contra outros grupos estigmatizados, a discriminação contra pessoas com deficiência teria um efeito negativo mais forte na saúde e no bem-estar. Os resultados observados corroboram a hipótese inicial e mostram que esses efeitos podem ser devido à vulnerabilidade deste grupo específico, uma vez que as pessoas com deficiência têm maior

probabilidade de suportar o isolamento social, não só por preconceito, mas também por barreiras ambientais, porém podem resultar também na falta de apoio social.

Investigações recentes também analisam o efeito moderador que fatores pessoais e contextuais podem influenciar o grau em que as percepções de discriminação são prejudiciais ou auto protetoras (Major et al., 2002).

Em um estudo sobre a percepção de preconceito em afro americanos, Branscombe et al. (1999), encontraram evidências que mostram uma relação geral negativa entre as atribuições estáveis de preconceito e o bem-estar. Foram observadas fortes evidências em apoio ao modelo de identificação-rejeição, que prevê que essas atribuições estáveis de preconceito afetam diretamente o bem-estar e aumentam a hostilidade em relação a pessoas brancas e a identificação com os grupos minoritários. Sendo assim, Branscombe et al. (1999), indicam que os dados foram consistentes com a noção de que perceber o preconceito como provável de ocorrer em situações que têm simultaneamente efeitos positivos e negativos no bem-estar, com a identificação de grupos minoritários mediando os efeitos positivos. Baseado nesses resultados e modelo, Schmitt e Branscombe (2002) em um estudo com grupos desfavorecidos sugerem haver efeito negativo no bem-estar por representar a percepção de que o grupo é rejeitado pela maioria e que as oportunidades de vida do grupo são limitadas de uma forma que os outros não são.

Dessa forma, Leonardelli e Tormala (2003) reproduziram o estudo acima e encontraram evidências que corroboram a hipótese de que a discriminação percebida aumenta os sentimentos de que o grupo foi socialmente rejeitado, o que acaba reduzindo o valor próprio coletivo. O mesmo padrão foi observado em outros estudos com mulheres (Schmitt et al., 2002), imigrantes (Jasinskaja-Lahti et al., 2006), adultos (Garstka et al., 2004), doentes psiquiátricos (Cruwys & Gunaseelan, 2016) e minorias étnicas (Latrofa et al., 2009; Schmitt et al., 2003).

Assim, podemos concluir que a identificação de grupo consegue satisfazer as necessidades de aceitação e inclusão parcialmente e, assim, amortecer os efeitos negativos da percepção de discriminação no bem-estar.

Portanto, a literatura apresenta em várias revisões e meta-análises, de forma consistente, uma relação negativa entre a percepção de discriminação e o bem-estar. Ainda, de forma a apoiar essa abordagem, os estudos que analisam a relação com outras variáveis como o efeito da

identificação de grupo no modelo de identificação-rejeição também são convergentes e constata a mesma relação negativa entre as variáveis em discussão. Dessa forma, podemos argumentar de forma consistente que a percepção de discriminação é prejudicial ao bem-estar dos indivíduos, mas também pode ser moderada pela presença de outras variáveis.

1.4. A Crença do Mundo Justo como recurso pessoal vs *buffer*

Como referido anteriormente, Dalbert (2007) discute duas hipóteses alternativas sobre o impacto da CMJ no bem-estar poder ser conceptualizado com recurso pessoal ou como um *buffer*: o recurso pessoal pode ser definido como uma disposição pessoal que ajuda as pessoas a lidarem com os acontecimentos da vida (hipótese do efeito principal), enquanto um *buffer* pessoal pode ser visto como um recurso que tem efeito sob condições adversas específicas (hipótese do efeito moderador).

Assim, alguns estudos apoiam a hipótese de *buffer* (Bègue & Muller, 2006; Dalbert, 2002; Dzuka & Dalbert, 2002; Otto et al., 2006; Tomaka & Blascovich, 1994) e outros a hipótese do recurso pessoal (Correia et al., 2009b; Correia & Dalbert, 2007; Cubela Adoric & Kvartuc, 2007; Dalbert & Filke, 2007; Donat et al., 2018; Dzuka & Dalbert, 2007; Otto & Schmidt, 2007), os quais serão descritos a seguir seguindo um critério cronológico.

Tomaka e Blascovich (1994) investigaram o papel moderador da CMJ no estresse e nos processos de *coping*. Os resultados apoiaram um efeito moderador de estresse para a CMJ. Indivíduos com elevados níveis de CMJ tiveram avaliações cognitivas mais benignas das tarefas de estresse, classificaram as tarefas como menos estressantes, tiveram reações autonômicas consistentes com o desafio e superaram o estresse subjetivo.

Em outra investigação que apoia a hipótese do efeito de *buffer*, Dalbert (2002) foi um dos primeiros estudos a testar a hipótese do efeito moderador com situações onde os participantes experienciavam raiva. Os resultados levaram a conclusão de que os indivíduos com alta CMJ são mais capazes de lidar com situações que evocam a raiva do que os indivíduos com baixa CMJ. Na situação em que a raiva não é manipulada, os efeitos principal e de interação da CMJ não foram significativos para humor triste ou humor positivo. Esses resultados indicam que a CMJ geral teve um efeito particular sobre os sentimentos de raiva (em comparação com a

tristeza e o humor positivo) e que o efeito na condição de raiva diferiu significativamente do que nas três outras condições.

Dzuka e Dalbert (2002) em uma pesquisa com jovens desempregados na Eslováquia tiveram como objetivo testar o potencial efeito buffer da CMJ na saúde mental. Em dois estudos, a CMJ e a saúde mental de três grupos foram comparadas: adolescentes desempregados de curta duração, adolescentes desempregados de longa duração e um grupo de controle (estudantes de escola ou universidade). Os resultados de ambos os estudos apoiam a noção de que a CMJ, e particularmente CMJ pessoal em comparação com a CMJ geral, amortece as dimensões positivas da saúde mental de adolescentes desempregados de curto prazo. As autoras observaram que quanto mais os adolescentes acreditavam em um mundo pessoal justo, mais satisfeitos ficavam com suas vidas, mais frequentemente experimentavam afetos positivos e melhor era a própria autoestima.

Bègue e Muller (2006), em uma pesquisa com adolescentes, testaram o efeito de moderação e hipotizaram que CMJ pessoal funcionaria como uma crença protetora contra o viés de atribuição hostil. Esperavam que o efeito aparecesse principalmente em indivíduos com perfil de risco, ou seja, indivíduos considerados por seus professores como conflituosos. Os resultados do estudo suportaram a hipótese que entre os indivíduos conflituosos, em uma situação ambígua, os indivíduos com forte CMJ pessoal reagiram de forma menos agressiva após um episódio frustrante do que indivíduos com fraca CMJ pessoal. Sendo assim, foi verificada a hipótese de *buffer* da CMJ pessoal.

Em outro estudo com vítimas de enchentes, Otto et al. (2006) argumentaram que a CMJ deveria proteger a saúde mental das vítimas porque os indivíduos com maiores níveis de CMJ deveriam lidar melhor com tal evento crítico e injusto na vida. Os resultados apoiam a noção de que a CMJ pessoal pode ser visto como um *buffer*, ajudando as vítimas a manter sua saúde mental.

Entretanto, Schmitt et al. (2014) testaram, em uma revisão meta-analítica, uma série de moderadores teoricamente relevantes, sendo um deles estratégias de *coping*. Para os autores, de uma perspectiva de estresse e *coping*, as consequências da discriminação percebida (um estressor) dependem das estratégias que as pessoas empregam para lidar com esse estressor. Foram encontradas fracas evidências de que as estratégias de *coping* de envolvimento moderam

os efeitos da discriminação percebida no bem-estar psicológico e evidências um tanto mais fortes de que as estratégias de afastamento exacerbam os efeitos.

Em relação aos estudos que apoiam a hipótese do recurso pessoal, em uma pesquisa com professores que sofreram algum tipo de violência por parte de estudantes, foram testadas as hipóteses da CMJ como recurso pessoal ou como *buffer*. Os resultados mostram que experiências de violência têm um efeito prejudicial sobre o bem-estar, e a CMJ pessoal tem uma associação adaptativa com o bem-estar em termos de satisfação com a vida e o humor positivo (Dzuka & Dalbert, 2007).

O mesmo padrão foi observado com vítimas de assédio moral (Cubela Adoric & Kvartuc, 2007) no espaço de trabalho. O estudo revelou que quanto mais os funcionários endossavam a CMJ pessoal, menos deprimidos e pessimistas eles ficavam, e mais otimistas e confiantes. Além disso, a CMJ pessoal foi mais consistentemente associada às dimensões de ajuste psicológico. Entretanto, nenhuma das dimensões de ajuste foram explicadas posteriormente pela interação da CMJ pessoal e assédio moral, ou seja, não se comprovou o efeito moderador.

Nesse sentido, em outra pesquisa (Otto & Schmidt, 2007) foram investigadas as cognições relacionadas ao comprometimento afetivo no trabalho versus a intenção de deixar de fumar e desempenho autoavaliado e “presença de doença” (ou seja, ir ao trabalho antes de se recuperar totalmente da doença) como indicador de comportamento relacionado ao trabalho. Além disso, foram controlados os estressores de trabalho conhecidos, como conteúdo no trabalho, condições de emprego e experiências de assédio moral, bem como recursos relacionados ao trabalho, exceto a CMJ pessoal. Foi observado que quanto mais os funcionários classificaram seu trabalho como monótono e quanto mais tumultuado eles experimentaram o local de trabalho, menos eles endossaram a CMJ pessoal. No entanto, a CMJ pessoal foi o único preditor que deu uma contribuição significativa para explicar todas as dimensões dos resultados. Quanto mais os funcionários endossavam uma CMJ pessoal, mais comprometidos eles se sentiam com sua organização. E quanto menor sua intenção de sair, melhor seu desempenho autoavaliado, menos probabilidade de trabalharem quando estavam doentes e menor seu nível emocional exaustão e despersonalização (Otto & Schmidt, 2007) .

Da mesma maneira, o papel da CMJ como um recurso para o comportamento social adaptativo e o bem-estar também foi verificado em prisioneiros. Os resultados observados vão de encontro com a noção de que a CMJ é um recurso pessoal que ajuda prisioneiros adultos a

reduzir o despertar e a expressão de raiva na forma de comportamento explosivo e que fortalece os sentimentos de inclusão social (Dalbert & Filke, 2007). A mesma observação também ocorreu com estudantes pré-universitários. Correia e Dalbert (2007) exibem resultados que suportam o raciocínio de que a CMJ pode desencadear diferentes padrões de *coping* em diferentes situações, mas que todas essas reações de *coping* específicas da CMJ têm o potencial de mediar a relação adaptativa entre CMJ e bem-estar: os defensores podem estar orgulhosos de seu comportamento; as vítimas podem culpar-se a si mesmas; os agressores podem justificar seu comportamento. Os resultados parecem ser os mesmos em todos os grupos: quanto mais forte for a CMJ, melhor será o seu bem-estar (Correia & Dalbert, 2007; ver também Donat et al., 2018).

Correia et al. (2009b) também testaram a hipótese da CMJ ser melhor interpretada como um recurso pessoal (efeito principal) ou um *buffer* (moderador) para o sofrimento das vítimas, agressores e defensores de bullying em escolas de Portugal e Índia e encontraram que quanto mais forte o endosso dos adolescentes a CMJ, menos eles se sentiam angustiados na escola, e isso era verdade independentemente de seu comportamento de bullying de forma a confirmar a hipótese do recurso pessoal.

Em suma, os resultados avaliados na revisão literária apoiam ambas as hipóteses de trabalho. Os estudos apontam que a CMJ pode exercer um efeito *buffer* quando situações adversas que possam causar estresse no indivíduo estejam presentes. No entanto, a hipótese da CMJ como um recurso pessoal possui mais suporte empírico e mostra-se relevante para o ajustamento psicológico dos indivíduos.

Com base nessas premissas, o presente estudo tem o objetivo de testar se a CMJ pode ser melhor interpretada como um recurso pessoal ou como um *buffer* para o bem-estar em vítimas de discriminação. Dessa forma, pode esperar-se que (H1) ter sido discriminado esteja associada a um menor bem-estar, (H2) a CMJ esteja positivamente relacionado com o bem-estar ou (H3) poder-se-ia esperar um efeito de *buffer* da CMJ na relação entre ter sido discriminado e bem-estar: para uma CMJ baixa é maior o efeito de ter sido discriminado no bem-estar, do que para uma CMJ elevada. De facto, para as pessoas com CMJ elevada, esta sustém o bem-estar em situação de discriminação e impede que ele se reduza tanto como acontece com as pessoas com CMJ baixa quando estas são discriminadas.

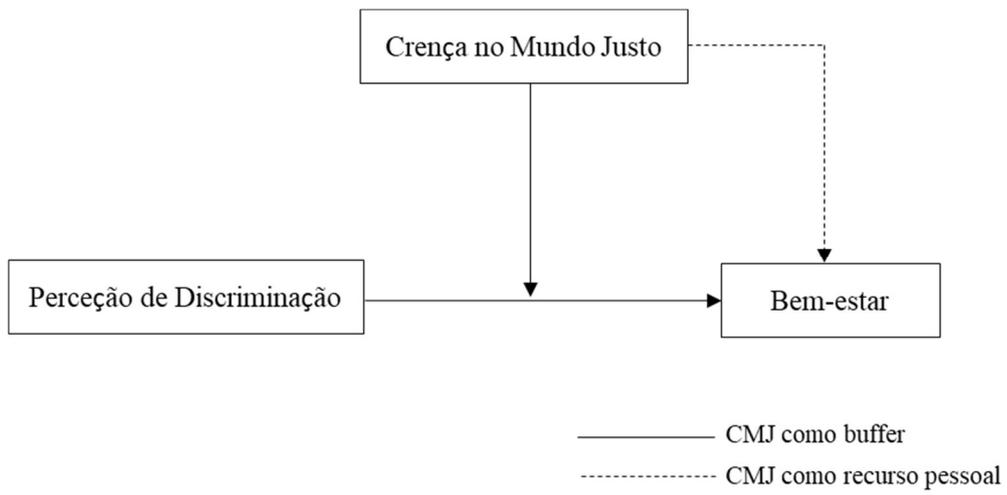


Figura 1. Modelo de Investigação

Método

2.1. Procedimento

Este estudo baseou-se nos dados do *European Social Survey* de 2018 (*Round 9*) um inquérito transnacional conduzido academicamente que tem sido realizado em toda a Europa a cada dois anos desde o seu estabelecimento em 2001 com amostras transversais recém-selecionadas. A pesquisa mede as atitudes, crenças e padrões de comportamento de diversas populações em mais de trinta nações.

Foram considerados os dados sobre o bem-estar (satisfação com a vida e afeto positivo), percepção de discriminação, crença no mundo justo e sociodemográficos. Após uma análise exploratória dos dados foi observado que em três países havia mais reportes de indivíduos que disseram ter sofrido algum tipo de discriminação, Israel, França e Reino Unido. Acabaria por se selecionar a França e o Reino Unido devido ao fato que a grande maioria dos estudos sobre a crença no mundo justo e bem-estar foram feitas em culturas ocidentais como EUA, Alemanha ou Grã-Bretanha (Correia & Dalbert, 2007).

2.2. Participantes

A amostra foi composta por 3717 participantes com 52,3% do Reino Unido, 92,9% eram cidadãos do país, 51,6% eram do sexo feminino e aproximadamente 81% afirmaram conseguir viver confortavelmente com a renda que possuíam. As idades estavam compreendidas entre os 15 e 90 anos, com uma média de aproximadamente 48 anos ($M = 47,95$; $DP = 19,065$) e com cerca de 14 anos completos de educação ($M = 13,62$; $DP = 3,962$).

2.3. Medidas

Crença no mundo justo.

Foram considerados três itens “*I think that, by and large, people get what they deserve*”, “*I am confident that justice always prevails over injustice*” e “*I am convinced that in the long run people will be compensated for injustices*”, medidos numa escala de 1 (concordo completamente) a 5 (discordo completamente). Obteve-se uma consistência de 0,66 e completou-se com a média da correlação inter-itens (0,39) a qual se encontrava no intervalo 0,15 - 0,50 sugerido por Clark e Watson (1995).

Bem-estar

Foram considerados dois itens “*all things considered, how satisfied are you with your life as a whole nowadays?*” e “*taking all things together, how happy would you say you are?*”, medidos numa escala de 0 (extremamente insatisfeito (a)) a 10 (extremamente satisfeito (a)) e 0 (extremamente infeliz) a 10 (extremamente feliz), respetivamente. O coeficiente de Spearman-Brown foi de 0,81.

Perceção de discriminação

Foi utilizado o item “*would you describe yourself as being a member of a group that is discriminated against in this country?*”. Para operacionalizar foi construída uma variável *dummy* com 0 = sim e 1 = não.

Variáveis de controlo

No modelo de moderação foram também incluídas oito variáveis de controlo, que podem estar relacionadas com a crença no mundo justo na literatura. Sendo elas: a orientação política (Furnham & Bland, 1983), identificação nacional, religiosidade (Dalbert & Katona-Sallay, 1996; Furnham & Gunter, 1984; Pargament & Hahn, 1985; Rubin & Peplau, 1975), sexo, idade, nível educacional, perceção de recursos familiares (Furnham, 1982; Furnham & Gunter, 1984) e país.

Para as variáveis: orientação política, identificação nacional, religiosidade e nível educacional foram considerados os seguintes itens respetivamente: “*In politics people sometimes talk of “left” and “right”. Using this card, where would you place yourself on this scale, where 0 means the left and 10 means the right*”, “*How emotionally attached do you feel to [country]?*”, “*Regardless of whether you belong to a particular religion, how religious*

would you say you are?”, “*About how many years of education have you completed, whether full-time or part-time?*” sendo que, com exceção do último item, os itens foram medidos em escalas de 0 (menor frequência) a 10 (maior frequência).

Por fim, as variáveis: categoriais sexo, percepção de recursos familiares foram considerados os itens, respetivamente, “*Sex*”, “*Which of the descriptions on this card comes closest to how you feel about your household’s income nowadays?*”. Para operacionalizar foram construídas variáveis *dummy* com 0 = Masculino e 1 = Feminino, 0 = é muito difícil viver com o rendimento atual e 1 = vive-se confortavelmente e dá para viver com o rendimento atual, respetivamente. A variável país também foi recodificada em *dummy* tendo como base o país no qual a resposta foi colhida sendo 0 = França e 1 = Reino Unido.

2.4. Análise de dados

Foi realizada uma análise descritiva das variáveis com média e desvio-padrão e proporção no caso das variáveis *dummy*. Foi avaliada a consistência das medidas e calculadas as correlações entre todas as variáveis. Para testar as hipóteses foi usada a macro PROCESS (3.15) para SPSS, assente em regressão linear múltipla.

Resultados

Primeiro, as correlações bivariadas entre todas as variáveis do modelo e o bem-estar e foram analisadas (Tabela 1). Foram observadas correlações significativas entre todas as variáveis e a crença no mundo justo. Entretanto, não se verificou o mesmo entre as variáveis: orientação política, identificação nacional, sexo e país com a percepção de discriminação e religiosidade e sexo com o bem-estar. O bem-estar mostrou-se relacionada negativamente com a idade e está positivamente relacionada com a orientação política, identificação nacional, nível educacional, país, percepção de recursos familiares, crença no mundo justo e percepção de discriminação.

O modelo explica 21,2% da variação do bem-estar ($R^2 = 0,212$) e é significativo ($F(11, 3705) = 90,540, p < 0,001$). No efeito principal (Tabela 2) verifica-se que quem se sentiu discriminado apresentou, em média, menor bem-estar ($B = -0,955$) e o contraste é significativo ($t = -3,600, p < 0,001$), pelo que se confirma a hipótese 1. O efeito da crença no mundo justo (CMJ) no bem-estar é positivo e significativo ($B = 0,198, t = 5,216, p < 0,001$). Assim, e como esperado, quanto maior for a crença no mundo justo maior a satisfação com a vida e afeto positivo, confirmando a hipótese 2. O efeito de interação é positivo, mas não é significativo ($B = 0,142, t = 1,465, p > 0,05$), pelo que a hipótese 3 que admite a CMJ como um *buffer* na relação entre sentir-se discriminado e o bem-estar não se confirma.

Tabela 1 – Estatística descritiva, fiabilidade e correlação das variáveis

Variáveis	Média	DP	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1. Orientação Política	4.86	2.07											
2. Identificação Nacional	7.28	2.39	0.14***										
3. Religiosidade	4.11	3.33	0.14***	0.24***									
4. Sexo ¹⁾	0.52	-	-0.03	-0.01	0.11***								
5. Idade	47.95	19.07	0.13***	0.26***	0.17***	0.03							
6. Nível Educacional	13.62	3.96	-0.07***	-0.04**	-0.09***	-0.00	-0.18**						
7. País ²⁾	0.52	-	0.01	-0.22***	-0.18***	-0.01	-0.03	0.21***					
8. Perceção recurso familiar ³⁾	0.18	-	0.06***	0.06***	-0.06***	-0.03*	0.04*	0.15***	0.12***				
9. Perceção de Discriminação ⁴⁾	0.85	-	-0.02	-0.06	0.10***	0.00	-0.09***	0.07***	0.02	-0.11***			
10. Crença no Mundo Justo	2.83	0.79	0.15***	0.04*	0.05**	-0.06***	-0.08***	-0.10***	0.06***	0.08***	-0.11***	(0.66)	
11. Bem-estar	7.20	1.84	0.06***	0.16***	-0.02	0.01	-0.06***	0.14***	0.14***	0.37***	-0.15***	0.16***	(0.81)

Nota: O coeficiente alfa de Cronbach está reportado entre parêntesis.

¹⁾ Foi reportada a proporção de casos. Categoria de referência – Masculino.

²⁾ Foi reportada a proporção de casos. Categoria de referência – França

³⁾ Foi reportada a proporção de casos. Categoria de referência – é muito difícil viver com o rendimento atual

⁴⁾ Foi reportada a proporção de casos. Categoria de referência – não se sente discriminado.

N = 3616

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Tabela 2 – Regressão do bem-estar na crença do mundo justo e na moderadora percepção de discriminação

Variáveis independentes	Bem – Estar	
	B	Erro-padrão
Constante	5,434**	0,207
<i>Variáveis de controlo</i>		
Orientação Política	0,017	0,013
Identificação Nacional	0,137**	0,013
Religiosidade	-0,003	0,009
Sexo	0,070	0,054
Idade	-0,007**	0,002
Nível Educacional	0,040**	0,007
País (UK) ⁽¹⁾	0,509**	0,056
Perceção recursos familiares	1,554**	0,073
<i>Variáveis das hipóteses</i>		
Sente-se discriminado ⁽²⁾	-0,955**	0,265
Crença no mundo justo	0,198**	0,038
Sente-se discriminado * Crença no mundo justo	0,142	0,097
	R ² =	0,212**
	F (11, 3705) =	90,540

* $p < 0,01$ ** $p < 0,001$

⁽¹⁾ Categoria de referência – França

⁽²⁾ Categoria de referência – não se sente discriminado

Fonte: ESS (2018). Cálculos próprios.

Dentre as variáveis controlo, a orientação política ($B = 0,017$, $t = 1,277$, $p > 0,05$), religiosidade ($B = -0,003$, $t = -0,385$, $p > 0,05$) e o sexo ($B = 0,070$, $t = 1,280$, $p > 0,05$) não tiveram resultados significativos na relação com o bem-estar (variável dependente). Já a identificação nacional ($B = 0,137$, $t = 10,767$, $p < 0,001$), o nível educacional ($B = 0,040$, $t = 5,588$, $p < 0,001$), idade ($B = -0,007$, $t = -4,670$, $p < 0,001$), país ($B = 0,509$, $t = 9,04$, $p < 0,001$) e percepção de recursos familiares ($B = 1,554$, $t = 21,166$, $p < 0,001$) obtiveram resultados significativos na relação com a variável dependente.

Discussão e Conclusão

O presente estudo teve como objetivo testar se a CMJ pode ser melhor interpretada como um recurso pessoal ou como um buffer para o bem-estar em vítimas de discriminação. Dessa forma, pode esperar-se que (H1) ter sido discriminado esteja associada a um menor bem-estar (H2) a CMJ esteja positivamente relacionado com o bem-estar ou (H3) poder-se-ia esperar um efeito de buffer da CMJ na relação entre ter sido discriminado e bem-estar: para uma CMJ baixa é maior o efeito de ter sido discriminado no bem-estar, do que para uma CMJ elevada. Os resultados confirmaram H1 e H2, mas não apoiaram H3.

Assim, em relação a H1 obtivemos apoio para a nossa predição de que a percepção de discriminação está relacionada negativamente com o bem-estar. Este resultado vem ao encontro a uma extensa revisão de literatura que tem mostrado que o bem-estar psicológico pode ser prejudicado ao ameaçar a satisfação das necessidades de inclusão e aceitação (Baumeister & Leary, 1995; Wirth & Williams, 2009).

Assim, em relação a H2, obtivemos apoio para a nossa predição de uma relação positiva entre CMJ e bem-estar. Este resultado vem na mesma linha de estudos anteriores quer com não vítimas (Correia et al., 2009a; Correia & Dalbert, 2007; Dalbert & Filke, 2007; Dzuka & Dalbert, 2006; Maes & Schmitt, 2004) quer com vítimas (Correia et al., 2009b; Cubela Adoric & Kvartuc, 2007; Donat et al., 2018; Dzuka & Dalbert, 2007; Khera et al., 2014; Otto et al., 2006)

Não obtivemos apoio para H3, dado que o efeito de interação não foi observado. Assim, os resultados não suportam a hipótese do *buffer* e estão de acordo com a hipótese da CMJ como recurso pessoal. A CMJ pode, portanto, ser melhor interpretada como um recurso pessoal que ajuda os indivíduos a lidar com as situações de injustiça vividas do que como um *buffer* que protege o bem-estar das vítimas de discriminação, em particular.

Assim, os nossos dados dão apoio à hipótese da CMJ como uma disposição pessoal relativamente estável que reflete os contratos pessoais dos indivíduos para lutar pela justiça em suas próprias ações (Dalbert, 2001). Dessa forma, a CMJ atua como protetora do bem-estar, saúde mental e autoestima contrarreações emocionais provocadas pela percepção de injustiça.

Consideramos que estes dados são particularmente significativos no âmbito da literatura já realizada anteriormente para responder a esta questão porque a amostra utilizada é representativa de 2 países e são controladas outras variáveis (a orientação política, a identificação nacional, a religiosidade, o sexo, a idade, o nível educacional, a percepção de recursos familiares e o país que poderiam afetar o bem-estar). Foi observada uma relação significativa e positiva entre as variáveis de identificação nacional, nível educacional, percepção dos recursos familiares, país e negativa entre a variável idade e o bem-estar. Esses resultados vão ao encontro com investigações anteriores. Greenaway et al. (2015) encontraram uma associação positiva e significativa entre identificação nacional e bem-estar em um estudo com 62,000 participantes em 47 diferentes países. Em meta-análise de 90 estudos sobre o tema o nível educacional também mostrou estar positivamente relacionado com o bem-estar subjetivo dos indivíduos (Witter et al., 1984). Para além disso, de modo geral, as pesquisas sobre a relação entre rendimentos e bem-estar revelam que o dinheiro tem um efeito positivo no bem-estar (Diener & Ryan, 2008).

No que se refere a variável idade, a investigação existente mostra diferentes resultados a depender do aspeto do bem-estar a ser medido, por exemplo, relações positivas no que se refere a satisfação com a vida, mas relações negativas no que se refere a felicidade ou afeto positivo. Entretanto, Shmotkin (1990) encontrou em todos os aspetos medidos uma diminuição do bem-estar subjetivo com a idade progressiva e nenhuma diferença significativa com a variável sexo foi observada. A presente investigação vai ao encontro e reforça esses resultados uma vez que a variável bem-estar, no presente estudo, é composta por itens que medem tanto satisfação com a vida quanto afeto positivo.

Podemos também identificar algumas limitações. Uma delas refere-se ao facto de não poder concluir sobre a causalidade entre as variáveis, uma vez que o estudo é correlacional e não foi possível manipular variáveis. Uma outra limitação é o facto de o questionário ser constituído por medidas de autorrelato.

Outras limitações, prendem-se com as variáveis consideradas. Todos os estudos considerados para a formulação dessa hipótese destacam a importância da diferenciação entre a CMJ pessoal e geral. As pesquisas mostram que os indivíduos tendem a endossar CMJ pessoal mais fortemente do que a CMJ geral e que a CMJ pessoal é mais importante para prever a saúde mental (para revisão, ver Dalbert, 2001). No caso desse estudo, os itens que compõe a nossa

variável CMJ são itens que avaliam a percepção de que o mundo é justo e não que os eventos em sua própria vida são justos.

Uma outra limitação está relacionada com o facto de que, segundo Dalbert (2001), a emoção mais tipicamente associada à experiência de injustiça é a raiva e a CMJ deve fornecer uma proteção contra esses sentimentos. Por exemplo, Dalbert (2002) conduziu três estudos com humor triste, positivo e de raiva em três condições experimentais diferentes, entretanto o efeito de interação só foi verificado na condição experimental que invocava a raiva. Existe, então, a possibilidade de o efeito *buffer* da CMJ estar em algum nível associado ao sentimento de raiva e, infelizmente, nesse estudo não foi possível controlar essa variável.

Para futuras investigações, deve-se investigar a hipótese *buffer* experimentalmente, testando a associação entre CMJ e bem-estar após confrontar os participantes com uma situação pessoal injusta (ou não na condição de controle) ou de forma a manipular outras situações específicas adversas em que o efeito parece poder ser observado.

Referências Bibliográficas

- Baumeister, R. F., & Leary, M. R. (1995). The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin*, *117*, 497–529. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.117.3.497>
- Baumeister, R. F., & Tice, D. M. (1990). Anxiety and social exclusion. *Journal of Social and Clinical Psychology*, *9*(2), 165–195.
- Bègue, L., & Muller, D. (2006). Belief in a just world as moderator of hostile attributional bias. *British Journal of Social Psychology*, *45*, 117–126. <https://doi.org/10.1348/014466605X37314>
- Braddock, J. H., & McPartland, J. M. (1987). How minorities continue to be excluded from equal employment opportunities: Research on labor market and institutional barriers. *Journal of Social Issues*, *43*, 5–39.
- Branco, C., Ramos, M. R., & Hewstone, M. (2019). The Association of Group-Based Discrimination with Health and Well-Being: A Comparison of Ableism with Other “Isms.” *Journal of Social Issues*, *75*(3), 814–846. <https://doi.org/10.1111/josi.12340>
- Branscombe, N. R., Schmitt, M. T., & Harvey, R. D. (1999). Perceiving pervasive discrimination among African Americans: Implications for group identification and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, *77*(1), 135–149. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.77.1.135>
- Clark, L. A., & Watson, D. (1995). Constructing validity: Basic issues in objective scale development. *Psychological Assessment*, *7*(3), 309–319. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.7.3.309>
- Clark, R., Anderson, N. B., Clark, V. R., & Williams, D. R. (1999). Racism as a stressor for African Americans: A biopsychosocial model. *American Psychologist*, *54*, 805–816.
- Correia, I. (2000). A Teoria da Crença no Mundo Justo e a Vitimização Secundária: Estudos empíricos e desenvolvimentos teóricos. *PSICOLOGIA*, *XIV*(2), 253–283.
- Correia, I., Batista, M. T., & Lima, M. L. (2009a). Does the belief in a just world bring happiness? Causal relationships among belief in a just world, life satisfaction and mood. *Australian Journal of Psychology*, *61*(4), 220–227. <https://doi.org/10.1080/00049530802579515>
- Correia, I., & Dalbert, C. (2007). Belief in a just world, justice concerns, and well-being at Portuguese schools. *European Journal of Psychology of Education*, *22*(4), 421–437. <https://doi.org/10.1007/BF03173464>
- Correia, I., Kamble, S. V., & Dalbert, C. (2009b). Belief in a just world and well-being of bullies, victims and defenders: A study with Portuguese and Indian students. *Anxiety, Stress and Coping*, *22*(5), 497–508. <https://doi.org/10.1080/10615800902729242>
- Cozzarelli, C., & Karafa, J. A. (1998). Cultural Estrangement and Terror Management Theory. *Society for Personality and Social Psychology*, *24*(3), 253–267.
- Crocker, J., Major, B., & Steele, C. (1998). Social stigma. In D. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology* (4th ed., pp. 504–553). McGraw-Hill.
- Cruwys, T., & Gunaseelan, S. (2016). “Depression is who I am”: Mental illness identity, stigma and wellbeing. *Journal of Affective Disorders*, *189*, 36–42. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2015.09.012>
- Cubela Adoric, V., & Kvartuc, T. (2007). Effects of mobbing on justice beliefs and adjustment. *European Psychologist*, *261*–271.

- Dalbert, C., & Filke, E. (2007). Belief in a Personal Just World, Justice Judgments, and Their Functions for Prisoners. *CRIMINAL JUSTICE AND BEHAVIOR*, 34(11), 1516–1527. <https://doi.org/10.1177/0093854807306835>
- Dalbert, Claudia. (2001). *The Justice Motive as a Personal Resource: Dealing with Challenges and Critical Life Events*. (M. Lerner (ed.); First). Springer Science+Business Media. <https://doi.org/10.1007/978-1-4757-3383-9>
- Dalbert, Claudia. (2002). Beliefs in a Just World as a Buffer Against Anger. *Social Justice Research*, 15(2).
- Dalbert, Claudia. (2007). *Introduction to the Special Section Dealing with Strain at the Workplace: A Just-World Perspective*. <https://doi.org/10.1027/1016-9040.12.4.250>
- Dalbert, Claudia, & Katona-Sallay, H. (1996). The “Belief in a Just World” Construct in Hungary. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 27(3), 293–314. <https://doi.org/10.1177/0022022196273003>
- Dette, D., Stöber, J., & Dalbert, C. (2004). Belief in a just world and adolescents’ vocational and social goals. In Claudia Dalbert & H. Sallay (Eds.), *The justice motive in adolescence and young adulthood: Origins and consequences* (pp. 231–247). London: Routledge.
- Diener, E., & Ryan, K. (2008). *Subjective well-being: a general overview*. 39(4), 391–406.
- Donat, M., Wolgast, A., & Dalbert, C. (2018). Belief in a Just World as a Resource of Victimized Students. *Social Justice Research*, 31(2), 133–151. <https://doi.org/10.1007/s11211-018-0307-8>
- Dzuka, J., & Dalbert, C. (2002). Mental health and personality of Slovak unemployed adolescents: The impact of belief in a just world. *Journal of Applied Social Psychology*, 32(4), 732–757. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2002.tb00240.x>
- Dzuka, J., & Dalbert, C. (2006). The belief in a just world and subjective well-being in old age. *Aging and Mental Health*, 10(5), 439–444. <https://doi.org/10.1080/13607860600637778>
- Dzuka, J., & Dalbert, C. (2007a). Aggression at School: Belief in a Personal Just World and Well-Being of Victims and Aggressors. *Studia Psychologica*, 49, 313–320.
- Dzuka, J., & Dalbert, C. (2007b). Student violence against teachers: Teachers’ well-being and the belief in a just world. *European Psychologist*, 253–260.
- Eccleston, C. P., & Major, B. N. (2006). Attributions to Discrimination and Self-Esteem: The Role of Group Identification and Appraisals. *Group Processes & Intergroup Relations*, 9(2), 147–162. <https://doi.org/10.1177/1368430206062074>
- Frable, D. E. S., Platt, L., & Hoey, S. (1998). Concealable Stigmas and Positive Self-Perceptions: Feeling Better Around Similar Others. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(4), 909–922.
- Furnham, A. (1982). Why are the poor always with us? Explanations for poverty in Britain. *British Journal of Social Psychology*, 21, 311–322.
- Furnham, A., & Bland, C. (1983). The Protestant work ethic and Conservatism. *Personality and Individual Differences*, 4, 205–206.
- Furnham, A., & Gunter, B. (1984). Just world beliefs and attitudes towards the poor. *British Journal of Social Psychology*, 23, 265–269.
- Garstka, T. A., Schmitt, M. T., Branscombe, N. R., & Hummert, M. L. (2004). *How Young and Older Adults Differ in Their Responses to Perceived Age Discrimination*. 19(2), 326–335. <https://doi.org/10.1037/0882-7974.19.2.326>

- Greenaway, K. H., Alexander Haslam, S., Cruwys, T., Branscombe, N. R., Ysseldyk, R., & Heldreth, C. (2015). From “we” to “me”: Group identification enhances perceived personal control with consequences for health and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, *109*(1), 53–74. <https://doi.org/10.1037/pspi0000019>
- Hafer, C. L. (2000). Investment in long-term goals and commitment to just means drive the need to believe in a just world. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *26*, 1059–1073.
- Hafer, C. L., & Olson, J. M. (1989). Beliefs in a just world and reactions to personal deprivation. *Journal of Personality*, *57*, 799–823.
- Jasinskaja-Lahti, I., Liebkind, K., Jaakkola, M., & Reuter, A. (2006). Perceived discrimination, social support networks, and psychological well-being among three immigrant groups. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, *37*(3), 293–311. <https://doi.org/10.1177/0022022106286925>
- Khera, M. L. K., Harvey, A. J., & Callan, M. J. (2014). Beliefs in a Just World, Subjective Well-Being and Attitudes Towards Refugees Among Refugee Workers. *Social Justice Research*, *27*(4), 432–443. <https://doi.org/10.1007/s11211-014-0220-8>
- Latrofa, M., Vaes, J., Pastore, M., & Cadinu, M. (2009). “ United We Stand , Divided We Fall ’! The Protective Function of Self-Stereotyping for Stigmatised Members ’ Psychological Well-Being. *APPLIED PSYCHOLOGY: AN INTERNATIONAL REVIEW*, *58*(1), 84–104. <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.2008.00383.x>
- Leonardelli, G. J., & Tormala, Z. L. (2003). The negative impact of perceiving discrimination on collective well-being: The mediating role of perceived ingroup status. *European Journal of Social Psychology*, *33*(4), 507–514. <https://doi.org/10.1002/ejsp.159>
- Lerner, M. J. (1980). *The Belief in a Just World: A Fundamental Delusion* (First). Springer Science+Business Media.
- Lerner, M. J., & Simmons, C. H. (1966). Observer’s reaction to the “innocent victim”: Compassion or rejection? *Journal of Personality and Social Psychology*, *4*(2), 203–210. <https://doi.org/10.1037/h0023562>
- Lipkus, I. M., Dalbert, C., & Siegler, I. C. (1996). The importance of distinguishing the belief in a just world for self versus for others: Implications for psychological well-being. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *22*(7), 666–677. <https://doi.org/10.1177/0146167296227002>
- Maes, J., & Schmitt, M. (2004). Transformation of the justice motive? Belief in a just world and its correlates in different age groups. In C. Dalbert & H. Sallay (Eds.), *The justice motive in adolescence and young adulthood: Origins and consequences* (pp. 64–82). UK: Routledge.
- Major, B., Quinton, W. J., & McCoy, S. K. (2002). Antecedents and consequences of attributions to discrimination: Theoretical and empirical advances. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (pp. 251–330). Academic Press.
- Mccoy, S. K., & Major, B. (2003). Group Identification Moderates Emotional Responses to Perceived Prejudice. *Society for Personality and Social Psychology*, *29*(8), 1005–1017. <https://doi.org/10.1177/0146167203253466>
- Otto, K., Boos, A., Dalbert, C., Schöps, D., & Hoyer, J. (2006). Posttraumatic symptoms, depression, and anxiety of flood victims: The impact of the belief in a just world. *Personality and Individual Differences*, *40*, 1075–1084.
- Otto, K., & Dalbert, C. (2005). Belief in a just world and its functions for young prisoners. *Journal of Research in Personality*, *6*, 559–573.
- Otto, K., & Schmidt, S. (2007). Dealing with stress in the workplace: Compensatory effects

- ofbelief in a just world. *European Psychologist*, 272–282.
- Paradies, Y. C. (2006). A systematic review of empirical research on self-reported racism and health. *International Journal of Epidemiology*, 35, 888–901. <https://doi.org/10.1093/ije/dyl056>
- Pargament, K., & Hahn, J. (1985). God and the just world: Causal and coping attributions to God in health situations. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 25.
- Pascoe, E. A., & Smart Richman, L. (2009). Perceived discrimination and health: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 135, 531–554. <https://doi.org/10.1037/a0016059>
- Rubin, Z., & Peplau, L. A. (1975). Who believes in a just world? *Journal of Social Issues*, 31, 65–89.
- Schmitt, M. T., & Branscombe, N. R. (2002). The Meaning and Consequences of Perceived Discrimination in Disadvantaged and Privileged Social Groups. *European Review of Social Psychology*, 12(1), 167–199. <https://doi.org/10.1080/14792772143000058>
- Schmitt, M. T., Branscombe, N. R., Kobrynowicz, D., & Owen, S. (2002). Perceiving discrimination against one's gender group has different implications for well-being in women and men. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28(2), 197–210. <https://doi.org/10.1177/0146167202282006>
- Schmitt, M. T., Postmes, T., Branscombe, N. R., & Garcia, A. (2014). The consequences of perceived discrimination for psychological well-being: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 140(4), 921–948. <https://doi.org/10.1037/a0035754>
- Schmitt, M. T., Spears, R., & Branscombe, N. R. (2003). Constructing a minority group identity out of shared rejection : The case of international students. *European Journal of Social Psychology*, 33, 1–12.
- Shmotkin, D. O. V. (1990). Subjective Well-Being as a Function of Age and Gender: A Multivariate Look for Differentiated Trends. *Kluwer Academic Publishers.*, 23, 201–230.
- Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression. *Cambridge University Press*.
- Tomaka, J., & Blascovich, J. (1994). Effects of Justice Beliefs on Cognitive Appraisal of and Subjective, Physiological, and Behavioral Responses to Potential Stress. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 732–740. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.67.4.732>
- Verkuyten, M. (1998). Perceived discrimination and self-esteem among ethnic minority adolescents. *Journal of Social Psychology*, 138, 479– 493. <https://doi.org/10.1080/00224549809600402>
- Williams, D. R., Neighbors, H. W., & Jackson, J. S. (2003). Racial/ethnic discrimination and health: Findings from community studies. *American Journal of Public Health*, 93, 200–208. <https://doi.org/10.2105/AJPH.93.2.200>
- Wirth, J. H., & Williams, K. D. (2009). “They don’t like our kind”: Consequences of being ostracized while possessing a group membership. *Group Processes & Intergroup Relations*, 12, 111–127. <https://doi.org/10.1177/1368430208098780>
- Witter, R. A., Okun, M. A., Stock, W. A., & Haring, M. J. (1984). Education and Subjective Well-Being : A Meta-Analysis. *Educational Evaluation and Policy Analysis*, 6(2), 165–173.
- Zuckerman, M., & Gerbasi, K. C. (1977). Belief in a just world and trust. *Journal of Research in Personality*, 11, 306–317.